

## **Os recursos naturais da Palestina estão no cerne deste terrível conflito**

Israel ao desrespeitar o direito internacional coloca em perigo a população civil

[Publicado a 25 de Julho de 2014, no jornal \*The Independent\*](#)

Actualmente, o mundo tem assistido ao desenrolar de uma escalada violenta do conflito Israelo-Palestiniano. Cabe-me a mim, enquanto Director-Geral da Al-Haq, a primeira organização palestina de direitos humanos, enfatizar novamente a causa principal da violência deste conflito, quer na Faixa de Gaza ou na Cisjordânia, e quer estejam a morrer palestinianos ou israelitas através de mísseis ou sequestros.

A causa principal é a violação do direito internacional, em particular do direito internacional humanitário (DIH) que tem sido desrespeitado desde 1967 através da política ilegal de colonatos de Israel; uma política que permitiu a transferência de mais de 500 mil civis israelitas para os Territórios Palestinos Ocupados.

Há uma razão para a Quarta Convenção de Genebra proibir a transferência de civis para territórios ocupados. Há uma razão para o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional punir como crime a transferência de civis para territórios ocupados. As mortes e a destruição fazem parte de qualquer conflito armado, por isso o direito internacional humanitário tem o papel de regular a conduta destes conflitos, principalmente para proteger as vidas dos civis. O desrespeito de Israel pelas normas internacionais que regulam o conflito armado é responsável directo na criação de um ambiente hostil, colocando em perigo civis palestinianos e israelitas.

Em 1967, logo após a ocupação dos territórios Árabes, o antigo assessor jurídico israelita, Dr. Theodore Meron, informou o governo Israelita de que a política de colonatos em curso estaria em violação com a Quarta Convenção de Genebra.

No entanto, desde essa altura, todos os governos Israelitas têm ignorado a lei e facilitado, directa ou indirectamente, a transferência de centenas de milhares de civis israelitas para os territórios ocupados. O sistema jurídico Israelita tem desempenhado um papel central na legitimação desta política manipulando as leis de maneira a facilitar a sua implementação.

Para a comunidade internacional, apesar de esta ilegalidade ser consensual, a falta de vontade política por parte de muitos países, especialmente por parte dos Estados Unidos da América, tem tido um papel significativo na conivência com esta situação permitindo que Israel continue a agir de forma impune. Ainda que as recomendações do Dr.Meron não tenham previsto as consequências desta política de colonatos, estas consequências continuam a ter expressão neste ciclo de violência a que assistimos actualmente.

Porque é que esta informação jurídica foi ignorada? Não foi ignorada devido ao receio de uma sobrepopulação em Israel. Enquanto que a religião, as dinâmicas da ideologia política e a segurança têm sido justificações usadas nos últimos anos para enquadrar o discurso em torno desta questão, recentemente, o trabalho de Al-Haq tem revelado a existência de uma força motriz muito mais forte; os benefícios que se podem retirar da exploração dos recursos naturais Palestinos.

Um relatório recente do Banco Mundial mostrou que os palestinianos poderiam crescer anualmente mais de 3 mil milhões de dólares a partir dos recursos da Área C da Cisjordânia. Com a maior parte dos colonatos instalados estrategicamente na Cisjordânia - de modo a permitir um controlo sobre a água, a terra e os recursos minerais - o benefício económico que os israelitas retiram à custa dos confrontos frequentes entre as populações israelita e palestiniana, torna-se mais exposto e evidente.

Em 2005, Israel retirou os seus colonos e os militares da Faixa de Gaza, mas continuou a ocupação de modo a manter a exploração e o controlo das reservas de gás da costa do território. O bloqueio naval, ilegal e imposto por Israel, tem impedido o desenvolvimento da Zona Marítima de Gaza e tem forçado uma relação de dependência por parte dos Territórios Palestinos Ocupados relativamente ao fornecimento de gás, reforçando a economia israelita.

A exploração de recursos naturais por parte de uma potência estrangeira representa uma imagem de marca da história colonial; uma história que se repete actualmente nos Territórios Palestinos Ocupados. Enquanto que nos conflitos em África e na IIGM o Direito Internacional Humanitário (DIH) não estava tão desenvolvido como está actualmente, no enquadramento moderno do DIH os objectivos colonialistas estão previstos através da proibição de pilhagem e transferência de população. Porém, a eficácia destas proibições requer vontade política.

A falta de vontade política de Israel é compreensível do ponto de vista comercial, pois tal exigiria que a riqueza desta parte do Crescente Fértil tivesse que ser partilhada. Este conflito mede-se em destruição e perda de vidas mas também em dólares e cêntimos. Os recursos naturais que estão actualmente a ser explorados são escassos, finitos e não-renováveis, o que explica a relatividade do seu valor em relação à perda de vidas neste conflito. Infelizmente, esta frieza de cálculos e esta mentalidade comercial ajudam a explicar a razão de estes crimes continuarem a ser cometidos com total impunidade.

Para se atingir uma paz justa, que acabe com este ciclo vicioso de violência, a comunidade internacional deve agir impedindo Israel de desenvolver actividades ilegais, porque Israel nunca irá, por sua vontade, abandonar os seus objectivos comerciais. O enquadramento para se atingir uma paz justa está plasmado no direito internacional, direito que deve ser respeitado e reforçado para que se possa atingi-la. Até isto acontecer, a perda de vidas em ambos os lados continuará a ser um “mero” dano colateral numa escalada de ambições colonialistas.

**[Article is also Available in these Languages on Al-Haq Website:](#)**

